## **COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA**

Senhores Ministros, Senhora Procuradora-Geral,

Nos termos do art. 28, inciso XV, do Regimento Interno deste Tribunal, submeto à apreciação de Vossas Excelências o Projeto Legislativo que propõe alterações na Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos servidores do TCU.

Logo após o primeiro Encontro dos Servidores com o Presidente, ocorrido em 11 de março de 2025, determinei à Secretaria-Geral da Presidência a constituição de grupo de trabalho com a finalidade de elaborar proposta de modernização da estrutura da carreira dos servidores do TCU. O grupo foi formalmente instituído por meio da Ordem de Serviço-CCG nº 1, de 19 de março de 2025.

A iniciativa tem por objetivo alinhar o modelo de gestão de pessoas às exigências contemporâneas da Administração Pública e à crescente complexidade das atividades de controle externo, que caracterizam a atuação constitucional desta Corte de Contas.

Durante os trabalhos, o grupo recebeu valiosas contribuições de servidores de diversas áreas e, de modo especial, das entidades representativas da categoria, como o Sindilegis, a Auditar e a Asap, entre outras. A proposta resultante desse processo foi construída com base no diálogo, na escuta qualificada e no compromisso com a valorização profissional, a meritocracia, a eficiência administrativa e a sustentabilidade institucional.

A proposta consolidada que ora submeto à apreciação de Vossas Excelências contempla, entre outros pontos relevantes, três eixos centrais:

- 1. a **reposição remuneratória**, com o objetivo de mitigar perdas inflacionárias;
- 2. a **valorização do corpo diretivo**, reconhecendo de forma justa o esforço adicional e a elevada responsabilidade dos servidores investidos em funções de chefia, direção e assessoramento; e
- 3. a valorização dos Técnicos Federais de Controle Externo, reforçando seu papel estratégico no desempenho das atividades finalísticas do Tribunal.

Importa ressaltar que todas as medidas foram cuidadosamente formuladas com estrita observância aos limites orçamentários e financeiros do Tribunal, em consonância com os princípios da responsabilidade fiscal e da boa governança pública.

Por fim, registro meus sinceros agradecimentos a todos que participaram ativamente da construção desta proposta. O comprometimento, a qualidade técnica e o espírito colaborativo demonstrados ao longo de todo o processo foram essenciais para a elaboração de um projeto consistente, moderno e alinhado às necessidades estratégicas do Tribunal de Contas da União.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 4 de junho de 2025.

MINISTRO VITAL DO RÊGO Presidente